

PERFIL SOCIOECONÔMICO E POLÍTICO-IDEOLÓGICO DOS DOCENTES DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Darcilene C. Gomes
Fundaj

darcilene.gomes@fundaj.gov.br

Patrícia Vieira Trópia
UFU

tropia@uol.com.br

Sidarta Sória
UFU

sidarta.soria@gmail.com



RESUMO: Este trabalho tem o objetivo de apresentar dados relativos aos perfis socioeconômico e político-ideológico dos docentes de uma Instituição Federal de Ensino Superior brasileira. Busca-se lançar luzes sobre o lugar dos docentes no contexto das políticas públicas que, nos últimos dez anos, acabaram por modificar sensivelmente o sistema federal de ensino superior brasileiro. Grande parte dos docentes, inclusive, chegou à universidade nos últimos cinco anos. Entre os resultados encontrados, pode-se falar em um público docente mais jovem e mais afeito à pesquisa do que à docência, que ascendeu socialmente e cujo trabalho é mais intensificado, embora se considere satisfeito em sua condição.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho docente; ensino superior; políticas educacionais.

Introdução

É possível afirmar que ocorreu um conjunto de mudanças sensíveis no universo do ensino superior brasileiro, e particularmente do sistema federal de ensino superior, em um período que se iniciou em 2003. Este conjunto de mudanças parece ter combinado elementos da gestão anterior com outros, próprios dos governos federais do Partido dos Trabalhadores (PT).

Assim, por um lado, políticas dos governos brasileiros nos últimos dez anos, como o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, implicaram na expansão das instituições federais de ensino –

em contraste com o que ocorreria na década de 1990, quando o setor público de ensino superior viveu uma situação de relativa estagnação. Por outro, permaneceram políticas que, a partir dos anos de 1990, estabeleceram as diretrizes de pesquisa, ensino, extensão e gestão administrativa a serem seguidas no âmbito universitário. Ambos os movimentos permitem a descrição de um contexto em que a expansão do ensino superior federal caminha ao lado de exigências crescentes impostas ao segmento docente no exercício de suas funções ou atribuições típicas.

Segundo dados do MEC/Inep, as funções docentes nas universidades públicas brasileiras cresceram de 108.400 em 2009 para 126.820 em 2012, variação positiva da ordem de 22,2%. Ademais no mesmo período cresceu a proporção de docentes em regime de dedicação exclusiva. Em 2012, 54,8% dos docentes eram do sexo masculino e 45,2% do sexo feminino. Nas IFES, o número de doutores representava 57,8% do total.

Neste sentido, este artigo tem o objetivo de trazer alguns dos dados produzidos por uma pesquisacujo objetivo fundamental é o de identificar o perfil do segmento docente que emerge naquele contexto de mudanças (e continuidades) experimentadas pelo ensino superior federal brasileiro no último decênio. Este perfil é composto por aspectos como o nível socioeconômico, a trajetória acadêmica, a percepção do docente acerca das condições de trabalho e saúde, e, finalmente, suas opiniões acerca de questões consideradas politicamente relevantes, tais como seu entendimento acerca da instituição sindical e de políticas governamentais relativas, por exemplo, às reformas administrativa e previdenciária.

Não sendo possível trazer, nos limites deste texto, o conjunto de resultados gerados pela pesquisa, optou-se por apresentar os dados empíricos referentes ao perfil socioeconômico e ao perfil político-ideológico dos docentes em uma instituição federal de ensino superior, a Universidade Federal de Uberlândia.

Ainda em relação a considerações de natureza metodológica, tem-se que o trabalho da pesquisa dedicou-se, por um lado, ao levantamento bibliográfico (que envolveu a utilização de fontes primárias e secundárias relativa à política para o Ensino Superior, condições de trabalho docente, entre outros temas), e, por outro, ao

levantamento empírico (submissão de questionários a uma amostra do universo de docentes da universidade supracitada), realizado nos anos de 2012 e 2013.

O artigo divide-se em duas partes, além da introdução e das considerações finais. A primeira trará os dados relativos ao perfil socioeconômico dos docentes da Universidade Federal de Uberlândia. E a segunda parte apresentará os dados relativos ao perfil político-ideológico daqueles.

1. Perfil socioeconômico

Em relação ao estado de origem dos docentes, destaca-se o seguinte: mais do que qualquer outro estado, é de Minas Gerais o maior número de professores (44,2% do total), seguida por São Paulo (29,5%). Mais atrás estão Goiás (6,2%), Paraná (5,5%) e Rio de Janeiro (3,2%), como estados de nascimento dos docentes. Interessante assinalar que os docentes estrangeiros (2,6%) vêm a seguir, à frente dos demais estados da federação, como Rio Grande do Sul (1,9%) e Espírito Santo (1,3%). Outros estados contam com 1% ou menos de docentes naturais dos mesmos. Em suma, 78,2% dos docentes da UFU são naturais da região Sudeste.

No que diz respeito ao sexo, há preponderância do sexo masculino (59,4%) em relação ao feminino (40,3%), com 0,3% das respostas em branco. Quanto ao perfil etário, há maior ocorrência de docentes com idade entre 31 e 40 anos (39%), seguidos pelo grupo de idade entre 41 e 50 anos (28,3%), e, em número bem menor, os contingentes de idade com mais de 61 anos e entre 24 e 30 anos (Gráfico 1). Como já assinalado, a média da idade dos docentes das IES públicas é de 44,5 anos e a mediana é de 44 anos.

A classificação por cor/raça (autodeclarada) traz os seguintes números: 72,4% dos entrevistados declararam-se brancos, 12,3% pardos, 4,5% negros, 1,6% amarelos e 0,6% indígenas. Ressalte-se que, em terceiro lugar (após brancos e pardos) figuraria de fato o grupo dos que optaram por não se classificarem (8,4%).

Quanto ao estado civil, a maioria expressiva dos docentes é composta por indivíduos casados (70,8%), seguida pelos solteiros (18,8%), divorciados (8,8%) e viúvos (0,3%). 1,3% dos entrevistados responderam “outro”.

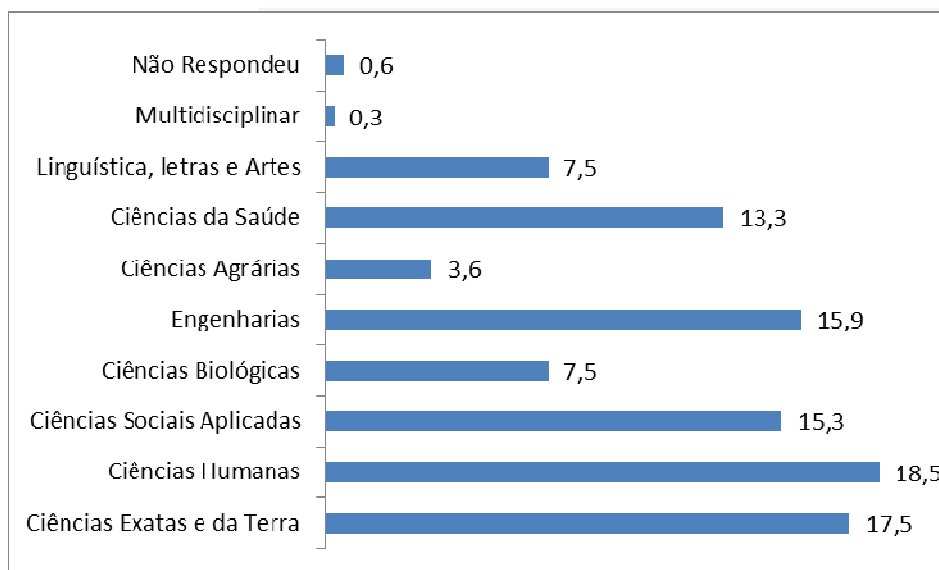
Questionados sobre se tinham filhos, responderam “sim” 64,6%, contra 34,1% que disseram não possuir filhos. Sobre a questão do tipo de escola frequentada pelos filhos (se públicas ou privadas), no contingente dos docentes que possuem filhos, 20,1% deste total declarou que seus filhos ainda não estavam em idade escolar. Tomando-se somente o subgrupo de docentes com filhos em idade escolar, 54,4% responderam que seus filhos estavam em escola particular, 22,2% em escola pública e 23,4% que tinham filhos em ambos os tipos de escola. É nítida, portanto, a preferência dos docentes com filhos em idade escolar pela escola privada.

O quadro socioeconômico previa ainda questões sobre posse de carro e casa próprios. Em relação à primeira, nada menos do que 94,5% dos docentes declarou possuir carro próprio, e, em relação à segunda questão, 77,6% declarou possuir casa própria, contra 22,1% que disseram não possuir, e 0,3% de respostas em branco.

O bloco de questões referentes à formação dos docentes começou com a pergunta sobre o último grau de titulação. Neste caso, a maioria dos docentes é composta por doutores (53,2%) – percentual próximo ao perfil dos docentes das IFES (57,8% têm doutorado, 28,6% mestrado e 13,5% têm até especialização). Somando-se a este número o dos que declarou possuir também o pós-doutorado, o número sobe para 75%. Mestres somam 20,1% do total, especialistas são 2,9% e apenas 1,3% do total é composto por graduados.

Sobre a área de formação, os dados apontam uma distribuição mais ou menos equitativa – com exceção das Ciências Biológicas, Ciências Agrárias e Linguística, Letras e Artes, conforme mostra o Gráfico 1. Neste gráfico pode-se ver uma leve superioridade numérica de docentes na área de Humanas, seguida de perto pelo grupo das Ciências Exatas e da Terra, Engenharias e Ciências Sociais Aplicadas.

Gráfico 1 – Área de formação dos docentes entrevistados (%)



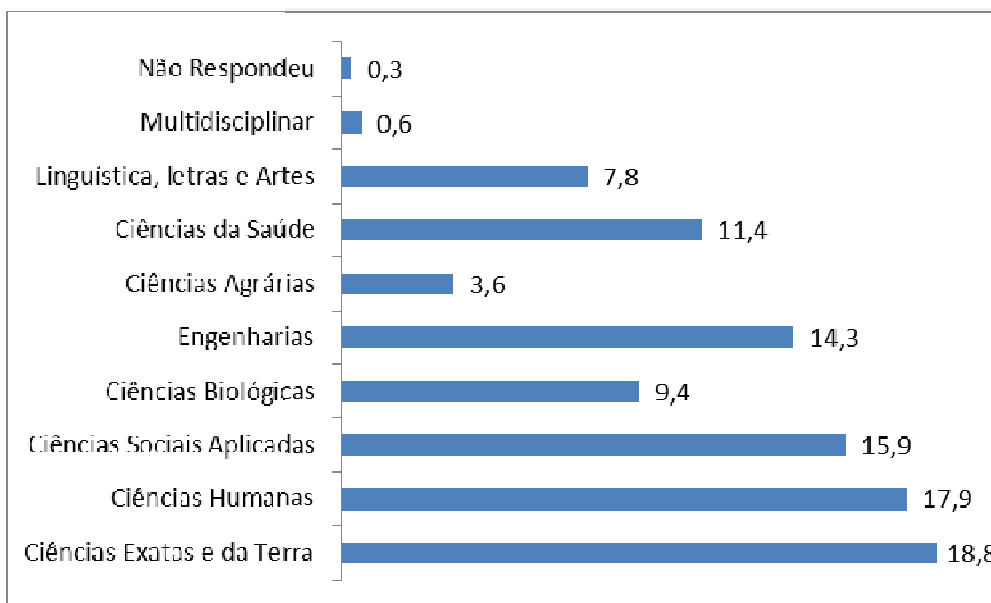
Fonte: Pesquisa de campo.

Questionados sobre a área de sua última titulação, nota-se que somente nas áreas de Ciências Exatas e da Terra e de Linguística, Letras e Artes houve coincidência (total ou quase total) entre a área de formação e a área de última titulação. Nas áreas de Agrárias, Ciências da Saúde e Ciências Sociais Aplicadas, há diminuição do número entre aqueles que tiveram nestas suas formações originais e suas áreas de última titulação.

Por outro lado, áreas como Ciências Humanas, Ciências Biológicas, Engenharias e Multidisciplinar possuem maior número de membros tendo nelas suas áreas de última titulação do que membros que tinham nestas suas áreas originais de formação. Isso sugere uma espécie de “migração” de formados originalmente em áreas como Agrárias, Saúde e Sociais Aplicadas para – quando da continuidade da formação e titulação – para Engenharias, Biológicas e Humanas, o que indica estas últimas como destino mais comum da formação do que as demais.

Finalmente, outro nivelamento relativo observa-se na distribuição das áreas em que atuam os docentes. Com exceção das áreas de Ciências Agrárias, Biológicas, Linguística, Letras e Artes e Ciências da Saúde, as demais áreas possuem números de docentes próximos entre si (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Área de atuação dos docentes entrevistados (%)



Fonte: Pesquisa de campo.

Perguntados sobre qual era sua ocupação principal, 97,4% responderam que era como professores da UFU, contra 2,3% que responderam que era outra (0,3% brancos).

Em relação a quanto de sua titulação havia sido na UFU, 41,2% dos entrevistados declarou que fizera graduação na universidade, 20,5% fizeram o mestrado e 10,4% que fizeram o doutorado. Tais dados indicam que a maioria dos graduados na universidade optaram por continuar sua formação acadêmica em outras instituições, ou foram impelidos a isso¹.

Não obstante, ao se cruzar esta questão com a área de atuação, percebe-se que a área de Engenharias destoa de todas as demais, pois registra a menor migração de docentes para outras instituições a fim de continuarem a sua formação². Comparando seus números com os percentuais gerais, tem-se que 70,5% dos docentes das Engenharias se graduou na UFU, 45,5% fizeram o mestrado e 29,5% fizeram o doutorado nesta instituição.

¹ Os cursos de pós-graduação, especialmente de doutorado, em algumas áreas são recentes na UFU.

² Deve-se registrar que os programas de pós-graduação em engenharia estão entre os mais antigos da UFU.

E no outro extremo ficam os docentes que atuam nas áreas de Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes. Graduaram-se na UFU 52,8% dos que atuam nas Ciências Humanas (acima da média geral), mas 27,6% dos que atuam nas Ciências Exatas e da Terra, e 20,8% dos de Linguística, Letras e Artes. Fizeram mestrado na UFU 14,5% dos de Ciências Humanas (já abaixo da média geral), 8,6% dos docentes de Ciências Exatas e da Terra, e 8,3% dos docentes de Linguística, Letras e Artes. Finalmente, doutoraram-se na UFU apenas 3,6% dos docentes das Ciências Humanas, 6,9% dos atuantes nas Ciências Exatas e da Terra, e 0% (nenhum) dos que atuam em Linguística, Letras e Artes. Este conjunto de dados revela as assimetrias existentes entre as grandes áreas acadêmicas na universidade, em termos de sua força e prestígio. Enquanto os cursos da área de Engenharias, mais antigos e consolidados, refletem isso em cursos de graduação, mestrado e doutorado mais fortes, o mesmo não se pode dizer das outras grandes áreas do saber na universidade.

A seguir vem o bloco de questões que buscaram auferir alguns aspectos subjetivos relativos a aspirações e graus de (in)satisfação por parte dos docentes. A primeira destas questões buscou saber o que havia motivado os docentes a optarem pela carreira acadêmica. Pela ordem, em primeiro lugar figurou “a possibilidade de pesquisar”, com mais de 40% das preferências. A seguir, “o ensino” (23,7%), a “estabilidade do serviço público” (12,3%), outros motivos (10,4%), o contato com os alunos (10,1%) e o padrão salarial (2,3%).

Mais interessante aqui é desagregar os motivos pelas faixas etárias. Quando se faz isso, os dados mostram que, quanto mais jovens os docentes, maior a preferência pela pesquisa como principal motivo de escolha da carreira acadêmica, e menor a preferência pelo ensino. Inversamente, quanto mais velhos os docentes, maior a preferência pelo ensino como motivação, e menor pela possibilidade de pesquisar. Percebem-se também diferenças de opinião entre as faixas etárias relativamente a padrão salarial (mais valorizado pelos mais velhos) e estabilidade do serviço público (preferida em maior grau pelos mais jovens). Estas diferenças podem ser explicadas pelo maior prestígio social que a profissão docente desfrutava em décadas anteriores. A pesquisa teria hoje um peso maior no prestígio da profissão docente, na medida em que

se constitui a principal fonte de reconhecimento e valorização pelos pares, de tomada de recursos das agências de fomento, além de ser condição para a divulgação da ciência.

Perguntados sobre o grau de satisfação com a escolha, a maioria (56,5%) respondeu que estava “muito satisfeita” em ser docente da UFU. Somando-se ao número dos que responderam que estavam satisfeitos (27,3%), tem-se mais de 83% de satisfação, superando-se largamente os que responderam que estavam insatisfeitos (11,4%), indiferentes (2,6%) e muito insatisfeitos (1,3%).

Quanto ao ano de ingresso, 63,6% entraram na UFU entre 2003 e 2012, sendo que 50% ingressaram entre 2008 e 2012. Ou seja, a maior parte dos docentes da instituição possui relativamente poucos anos de casa, sendo que metade deles trabalha na instituição há 5 anos ou menos. A concentração do ingresso de quase 2/3 dos docentes no período 2003 e 2012 reflete a política de expansão da rede federal de ensino, expressa pela criação de novas IFES, novos campi, de cursos e alunos a partir de 2003. A expansão das IFES teve início em 2003 com o processo de interiorização dos campi de algumas universidades federais e criação de 14 novas universidades. O número de universidades federais passou de 45, em 2003, para 59 em 2011. Foram criados também 100 novos campi neste mesmo período.

Em relação ao contrato de trabalho, 89,9% dos docentes declarou serem estatutários em regime de dedicação exclusiva (DE), contra 6,8% de estatutários em regime de 40 horas e 2,3% de estatutários em regime de 20 horas semanais, com 1% de respostas em branco.

Levantando-se alguns dados relativos à renda dos docentes, tem-se que 21,8% dos mesmos declarou receber algum tipo de bolsa, contra 77,9% que não recebem (0,3% de respostas em branco). Por sua vez, 14% dos entrevistados recebem por ocuparem cargos comissionados, contra 86% que disseram não ocuparem tais cargos.

Questionados sobre sua renda bruta, descobriu-se que quase 60% dos docentes situam-se na faixa entre R\$ 5,1 mil e R\$ 9,8 mil. Outro contingente expressivo, ocupando 22,4% do total, declarou receber vencimentos brutos em valores até R\$ 2,5 mil.

Duas questões buscaram situar a situação socioeconômica dos docentes em perspectiva comparada geracional. Primeiro, perguntou-se acerca da ocupação principal de seu pai ou do responsável pela família. Os resultados apontam que 41,9% dos docentes responderam que seus pais ou responsáveis eram trabalhadores assalariados não manuais, 20,8% disseram que os mesmos eram pequenos proprietários. Tais foram as opções mais mencionadas pelos entrevistados.

A segunda questão neste sentido instava os entrevistados a responderem se seu padrão de vida era superior, igual ou inferior ao de seus pais. Maioria expressiva – 66,9% das respostas – declarou que seu padrão de vida era superior ao de seus pais, 22,1% disseram que seu padrão de vida era igual, e 11% declararam que este era inferior ao de seus pais, dados que evidenciam que parte significativa da atual geração de docentes da UFU ascendeu socialmente em relação à sua família de origem.

9

2. Perfil político-ideológico

Para captar o perfil político ideológico dos docentes da UFU a pesquisa explorou dados relativos à filiação e preferência partidárias, voto nas eleições de 2010, posição em relação aos governos Lula, às políticas setoriais, bem como sobre diversos aspectos do sindicalismo brasileiro.

O perfil político ideológico dos docentes pesquisados apresenta as seguintes características. Do total dos pesquisados, 92,8% não é filiado a partidos políticos e 62% não tem preferência partidária, revelando que o nível de envolvimento partidário é bastante reduzido.

Dentre aqueles que são filiados a partidos, 72,2% são filiados ao Partido dos Trabalhadores, que é também o partido preferido de 72,4% dos docentes que têm preferência partidária. Entre os delegados que já foram filiados a partidos, 2/3 era do PT.

Se filiação e preferência partidárias revelam a ausência de engajamento político partidário por parte da maioria esmagadora dos professores, o voto nas eleições de 2010 evidencia a preferência pela candidata do PT, Dilma Rousseff, no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010 (50%). Marina Silva, candidata do PV, recebeu o voto de 18,4%, José Serra candidato do PSDB, 15,3%; Plínio de Arruda Sampaio (do PSOL)

1% e José Maria de Almeida (do PSTU) 0,7%. Votaram em outros candidatos 0,7% dos professores, 3% votaram nulo ou branco e 10,9% não votou. No segundo turno, quando a disputa eleitoral em 2010 ficou restrita aos candidatos Dilma Rousseff e José Serra, 60,4% dos docentes pesquisados votaram na candidata do PT, 17% no candidato do PSDB, 6,8% anularam o voto, 2% votaram em branco e 13,6% não votaram.

Instados a avaliar sobre o governo Lula na presidência da República de 2003 a 2010, período durante o qual foram implementadas políticas que afetaram de variadas formas os servidores públicos em geral e os docentes das universidades federais em particular (Reforma da Previdência de 2003, REUNI em 2008, entre outras), 68,6% dos pesquisados avaliou que o governo Lula “melhorou as condições de vida dos trabalhadores”, 5,9% que “piorou a condição de vida dos trabalhadores” e 15,4% que “a condição de vida dos trabalhadores não mudou”. Não obstante, se a polarização PT x PSDB teve peso no período eleitoral, na avaliação da maioria dos professores a natureza mais geral da política macroeconômica da gestão petista foi a mesma da gestão tucana.

Em relação a políticas setoriais, especialmente aquelas diretamente ligadas à política educacional para o ensino superior, a opinião dos professores é a seguinte:

- 51,3% é favorável com restrições ao REUNI e 36% totalmente favorável à política de expansão das universidades federais implementada pelo governo Lula em 2008;
- 40,9% manifestam-se favoráveis com restrições ao PROUNI e 32,8% favorável a esta política de ampliação das vagas para o ensino superior brasileiro por meio da concessão de bolsas em instituições de ensino privadas; 10% dos entrevistados, todavia, não tem opinião formada sobre o PROUNI e 15,6% é contrário;
- a Universidade Aberta é uma política cuja opinião dos professores pesquisados ainda não parece totalmente construída posto que, além de dividida - 25,3% disseram ser favoráveis com restrições, 23,4 favoráveis e 14,9% contrários -, quase ¼ de entrevistados não a conheciam.
- Outra política para o ensino superior que divide opiniões é a lei das cotas: 48,1% dos entrevistados é contrário a lei que garante 30% das vagas para negros e

índios (afro descendentes e indígenas) nas Universidades federais; por sua vez 23,4% é favorável e 25,3% favorável com restrições.

Do total dos pesquisados, 45% era filiado à associação docente local (ADUFU-SS – Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia), 46% nunca tinha sido filiado e 9% havia se desfiliado, demonstrando que a maioria dos pesquisados não estava filiado à ADUFU-SS quando a pesquisa foi feita.

O sindicalismo é uma prática política importante para a maioria absoluta dos professores pesquisados (64,9%), muito embora 30,2% considerem-na pouco ou nada importante. Segundo a pesquisa, $\frac{3}{4}$ dos professores acreditam que os sindicatos devem manter total autonomia em relação aos partidos políticos. Por sua vez, 15,3% opinam que os sindicatos devem fazer alianças com partidos visando conquistar direitos trabalhistas e sociais. Apenas 1,3% acredita que os sindicatos devem atuar seguindo orientações dos partidos políticos.

Muito embora o país seja signatário da Convenção 87 da OIT, que garante autonomia e liberdade sindical, a estrutura sindical oficial brasileira determina a existência de, no máximo, um sindicato de cada categoria por base territorial - o que implica no princípio da unicidade sindical e não a possibilidade do pluralismo. Ademais, os sindicatos podem cobrar contribuições compulsórias dos trabalhadores da base, ainda que nem todos sejam associados.

Segundo nossa pesquisa, tanto o princípio da unicidade, quanto as contribuições compulsórias são rechaçados pelos professores. São favoráveis à autonomia sindical 89% dos pesquisados. Em relação às formas de contribuição, a maioria (58%) acredita que os sindicatos devam sobreviver apenas com contribuições voluntárias, 30% com contribuições voluntárias e compulsórias e 12% com contribuições compulsórias.

Embora tenham opinião clara em relação ao princípio da autonomia e liberdade sindical, $\frac{3}{4}$ dos pesquisados disse ser contrário à existência de mais de um sindicato que possa representar os professores da UFU. Por sua vez, 71,8% afirmou que o sindicato deve ter registro oficial para atuar como sindicato, opinião que também contrasta com a defesa da autonomia e liberdade sindicais. Neste sentido, embora pareçam concordar com o princípio da liberdade e do pluralismo, a efetivação deste princípio na forma de

regras que permitam a existência de mais de um sindicato ao qual os filiados possam aderir não encontra o mesmo respaldo entre os pesquisados.

Mais de ¼ dos pesquisados não soube opinar sobre o PROIFES, 33,3% deles acredita que o PROIFES é um sindicato criado pelo governo petista para dividir a categoria, 28,2% opina que se trata de um sindicato que expressa uma corrente da categoria, 8,7% acredita que ele é uma entidade não sindical que expressa concepções existentes na categoria e 4,2% não responderam. O alto índice de professores que não responderam ou não souberam responder – quase 1/3 da amostra – evidencia a dificuldade de compreensão do pluralismo sindical, amplamente praticado em outros países, mas oficialmente inibido no Brasil.

12

Instigados a manifestar sua preferência sindical, a maioria relativa dos pesquisados prefere o ANDES-SN (46,8%), 19,5% não tem nenhuma preferência, 13,3% é indiferente aos dois sindicatos (ANDES-SN e PROIFES) e 9,4% prefere o PROIFES³.

Em relação ao espectro da base de representação do ANDES-SN, a maioria absoluta dos pesquisados defende que este sindicato represente fundamentalmente docentes do ensino superior: 32% defende a representação dos docentes do ensino superior das IFES e 26% do ensino superior (pública e privada); 14% do ensino superior (federal, estadual e municipal). De tal forma que 72% defendem que o ANDES-SN represente docentes do ensino superior. A representação dos docentes do setor público (federal, municipal e estadual) é defendida por 10% dos pesquisados. A transformação do ANDES-SN em uma entidade representativa de todos os docentes (inclusive da educação infantil) é defendida por apenas 15% do total.

A negociação das reivindicações deve ter como palco principal a Mesa Nacional de Negociação, criada pelo governo Lula para que os servidores públicos federais tivessem um canal de negociação permanente. Para a maioria absoluta dos pesquisados (84%) o ANDES-SN-SN deve participar da Mesa Nacional. Para os docentes entrevistados, a ADUFU-SS deve prioritariamente lutar por carreira (40%), condições de trabalho (35%) e salário (12%).

³ 11% dos pesquisados não responderam ou não souberam responder.

A pesquisa incluiu um conjunto de aspectos relacionados à atividade sindical, que evidenciam como os docentes da UFU se posicionam quanto à sindicalização. Há um amplo segmento de docentes que ou nunca se filiou à ADUFU-SS (45,5%), ou que, somados aos que dela se desfiliaram (8,4%), cuja soma representa a maioria (53,9%). Cabe ressaltar que, desde sua fundação, em 1979, a ADUFU-SS conheceu expressivas taxas de sindicalização, chegando ao patamar de quase 90%. Investigar a que se deve a redução da taxa de sindicalização, mesmo tendo em vista que o universo dos entrevistados nesta pesquisa pode apresentar um perfil, quanto à sindicalização, não exatamente idêntico ao total de docentes da UFU, é tarefa relevante, tanto do ponto de vista acadêmico, quanto no que tange à própria entidade sindical.

Uma hipótese para a intelecção desse fenômeno pode ser a da menor adesão ao sindicato por parte dos docentes que ingressaram na UFU a partir do REUNI. Em caso de procedência dessa possibilidade explicativa, cabem perguntas como 1) que determinações presentes na trajetória anterior desses novos docentes produziram uma menor sindicalização?; 2) o perfil de titulação e o envolvimento com o que, no movimento docente, é denominado de produtivismo impactariam esse patamar inferior de sindicalização?

Mas a ela podem ser levantadas outras, de natureza mais sindical, propriamente dito, como a da perda de legitimidade do ANDES-SN e sua seção sindical local, a ADUFU-SS, entre os docentes, ou a da restrição no espectro político-ideológico determinada pela unicidade sindical, dimensão que inibe – na verdade, proíbe – a existência de mais de um sindicato, por categoria profissional, numa mesma base territorial. Estas duas últimas hipóteses se complementam. Ademais é possível considerar que, embora 46,8% dos pesquisados prefiram o ANDES-SN (46,8%) ao PROIFES, por exemplo, existem tensões entre a linha de atuação do ANDES-SN, filiado à Conlutas e próximo ao PSTU, e os docentes de base propriamente dita. Como vimos, a maioria, embora não tenha envolvimento político partidário, tende no plano eleitoral a apoiar o Partido dos Trabalhadores e seus candidatos. Ademais, entre os docentes filiados a partidos políticos, a maioria é filiada ao Partido dos Trabalhadores.

De tal modo que a menor adesão dos docentes que ingressaram na UFU a partir do REUNI ao sindicalismo pode ser explicada por aspectos da situação de trabalho

baseada na meritocracia, no carreirismo e no produtivismo bem como em aspectos conjunturais.

Com relação à abrangência de representação que o ANDES-SN deveria ter⁴, a pesquisa mostrou que a tendência majoritária (51,7%) prefere que o ANDES-SN represente apenas docentes do ensino superior, havendo nesta soma um segmento principal e que também é o da maioria simples (28,6%) que defende que o ANDES-SN represente apenas os docentes do ensino superior do sistema federal.

Questionados sobre o que deveria ser o principal papel ou função do sindicato, 45,5% responderam salário e carreira (39,0% melhores condições de trabalho, 6,8% políticas e direitos sociais e, 6,2% outros). Para 54,9% a negociação com o governo deve ser a principal forma de luta do sindicato (para 19,5% isso seria dado por assembleias com filiados e com a base da categoria; e a greve foi apontada como principal forma de luta para apenas 3,2%. O recurso à Justiça foi escolhido por 1,9% e ocupação de terras, prédios e bloqueios de estrada ou ruas por 0,3%).

Considerações finais

Pretende-se aqui fazer tão somente um esforço de síntese quanto aos dados principais encontrados pela pesquisa.

Quanto à origem dos docentes da UFU, a grande maioria é procedente do próprio estado de Minas Gerais, sendo seguido por estados próximos geograficamente ao Triângulo Mineiro (São Paulo e Goiás). Trata-se de um grupo majoritariamente jovem (“31-40 anos” o maior subgrupo, seguido pela faixa de 41 a 50 anos), composto por indivíduos casados, com filhos, carro e casa próprios.

A maior motivação pela escolha da carreira do magistério superior federal é a possibilidade de pesquisar, seguida pelo ensino e estabilidade. É o segmento mais

⁴ O ANDES-SN tem a pretensão de representar, desde sua fundação, todos os docentes do ensino superior no país, razão pela qual está organizado em três setores: o das públicas Federais, o das públicas Estaduais e Municipais, e o das particulares. No caso do setor das públicas Federais, a abrangência pretendida pelo ANDES-SN inclui não só os docentes do Magistério Superior (MS), como também os do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Essa abrangência, digamos, absoluta é, na prática, questionada pelos Sinpros (Sindicatos dos Professores das instituições particulares, que pretendem representar também os do ensino superior) e por entidades representativas dos professores do EBTT, como o Sinasefe, além, como já mencionado, pelo PROIFES. Recentemente, têm sido criados sindicatos locais para os docentes do MS.

jovem de docentes quem puxa esta tendência. Em contrapartida, os docentes mais velhos priorizam o ensino. A maioria dos docentes da UFU ingressou na instituição nos últimos 5 ou 6 anos. Mais de 60% ganham vencimentos entre 5 e 10 mil reais mensais, e declarou possuir um padrão de vida superior ao de seus pais ou responsáveis.

Em relação às preferências político-ideológicas, deve-se ressaltar que mais de 90% não são filiados a partidos políticos, e mais de 60% não têm preferência partidária. Já entre os filiados a agremiações partidárias, mais de 70% declaram serem filiados ao Partido dos Trabalhadores.

Quase sete em cada dez docentes considera que o governo Lula melhorou as condições de vida da população. A maioria é favorável a políticas como o REUNI, o ENEM e o ProUni. Pouco menos da metade dos docentes é filiado ao sindicato (Adufuss), 3 em 4 defendem a autonomia sindical, e a maioria considera mais importantes formas de luta como manifestações, marchas e protestos.

Bibliografia consultada

ALVES, T.; PINTO, J. M. R. “Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte”. *Cadernos de Pesquisa*. Vol. 41, n.º 143, maio/ago., 2011.

ANDES-SN. ANDES-SN 30 Anos: sindicato de base, democrático e de luta. ANDES-SN, Brasília, 2011.

BOITO Jr., Armando. *O sindicalismo de Estado no Brasil – uma análise crítica da estrutura sindical*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Rio Grande do Sul, RS: Zouk, 2007.

DURHAN, E. *O ensino superior no Brasil: público e privado*. São Paulo, NUPES/USP, 2003.

GOMES, D. C.; GRACIOLLI, E.; BARBOSA E SILVA, L.; TRÓPIA, P.; SÓRIA, S. *Perfil dos Delegados do 30º Congresso do ANDES-SN*. Uberlândia, FUNDAJ/UFU, 2011.

GOMES, D. C.; SILVA, L. B.; SORIA, S. “Condições e relações de trabalho no serviço público: o caso do governo Lula”. *Revista de Sociologia e Política*, vol.20, n.42, 2012.

IBGE. *Pesquisa Mensal de Emprego: suplemento*. Rio de Janeiro, IBGE, abril de 1996.
Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/supme/default.shtm>>. Acesso em 20/09/2012.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília, MEC/INEP, 2003.

INEP. *Censo da Educação Superior*. Brasília, MEC/INEP, 2010.

LEHER, R.; LOPES, “A. Trabalho docente, carreira e autonomia universitária e mercantilização da educação”. In: *Anais do VII Seminário Redestrado*, Buenos Aires, 3-5 de julho de 2008.

MEC. *REUNI: reestruturação e expansão das universidades federais, diretrizes gerais*. Brasília, MEC, 2007.

MPOG. *Boletim Estatístico de Pessoal*. Brasília, SRH/MPOG, 2003.

MPOG. *Boletim Estatístico de Pessoal*. Brasília, SRH/MPOG, 2011.

NOGUEIRA, A. M. “Emergência e crise do Novo Sindicalismo no setor público brasileiro”. In: RODRIGUES, I. J. *Novo Sindicalismo*. Vozes, 1999.

SAES, D. A. M. “Classe Média e Escola Capitalista”. *Revista Crítica Marxista*. vol. 1, n. 21, 2005.

SANTOS, C. M. “Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil: a questão da dependência”. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*. Rio de Janeiro, vol. 10, n.º 37, out./dez., 2002.

SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. R. *Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtividade acadêmica*. São Paulo, Xamã, 2009.

SCHWARTZMAN, S. *Estatísticas e identidades*. Jornal do Brasil, 07/05/1998.
Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/identid.htm>>. Acesso em
01/07/2012.

_____. *Legitimidade, controvérsia e traduções em estatísticas públicas*.
1996. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/estpub.htm>> Acesso em
01/07/2012.